

## DESCRITIVO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PÓS LDB 9.394/96: A CAPES COMO INSTITUIÇÃO FORMADORA

Sabrina Miranda de Jesus<sup>1</sup>. **Bruno Vicente Lippe Pasquarelli<sup>1</sup>**.

<sup>1</sup>Centro de Ciências Humanas – Universidade do Sagrado Coração –  
sabinajmiranda@outlook.com; brunopasqua@gmail.com

Tipo de pesquisa: Iniciação Científica Voluntária – PIVIC

Agência de fomento: Não há

Área do conhecimento: Humanas – Pedagogia

A presente pesquisa permeia a temática da formação de professores no Brasil pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, considerada um marco sobre as discussões de formação de professores. O recorte temático se dá com olhar direcionado para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que a partir de 2007, passou a atuar na formação de professores da educação básica, atribuição consolidada a partir da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR). Para tanto, têm-se, como objetivo geral, a investigação e a análise das políticas de formação de professores reguladas pela CAPES. Para tanto, a abordagem utilizada na pesquisa é qualitativa, com finalidade descritiva, analítica e interpretativa através de pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com os resultados encontrados, pode-se notar que a docência não se caracteriza por relações concretas e aparentes mas por relações intrínsecas que transcendem dia após dia. E, ainda que remetemos o trabalho docente exclusivo à sala de aula, ressaltamos que o trabalho docente muitas vezes envolve a comunidade escolar, gestores e a comunidade familiar de seus alunos, sendo um requisito básico o aperfeiçoamento de práticas. Desta maneira, a formação de professores de qualidade com programas de qualidade é imprescindível para a base docente, de forma gratuita e que atenda as necessidades do público envolvido.

**Palavras-chave:** Formação de professores. CAPES. Legislação educacional.